



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS

ATA

II REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS

Data: 06 de junho de 2017

Horário: das 16h15 às 18h15

Local: Salão Nobre - Edifício Sede, 2º andar

Participantes	Cargo e Unidade
Ricardo Antonio Nogueira Pereira	Diretor da Secretaria Administrativa
Harley Caixeta Seixas	Supervisor da Seção de Modernização Administrativa
Cynthia de Nazaré Vaz Salbé	Diretora do Núcleo de Recursos Humanos
Nilda Aparecida Pereira	Diretora do Núcleo Judiciário
Gilmar Cintra de Araújo	Diretor do Núcleo de Administração
Clenys reges Rosário Pereira de Castro	Diretora de Secretaria da 1ª Vara Federal
Francisco Vasconcelos Chaves	Diretor de Secretaria da 2ª Vara Federal
Cristiano Oliveira Ribeiro Prado	Diretor de Secretaria da 3ª Vara Federal
Pacelli Larisson Gonçalves Costa	Diretor de Secretaria da 4ª Vara Federal
Pablo da Rosa e Silva Alves	Diretor de Secretaria da 5ª Vara Federal
Maria Aparecida Moreira	Diretora do Núcleo de Apoio à Turma Recursal
Iane Maria Pinheiro Nolasco	Oficial de Gabinete - Turma Recursal - Relator 1
Marineide da Silva Braga	Oficial de Gabinete - Turma Recursal - Relator 2
Alessandra Chaves dos Santos Florentino	Oficial de Gabinete - Turma Recursal - Relator 3
Thiago Abas de Moraes Rego	Diretor de Secretaria da Vara Única de Araguaína
Fabyo di Abraão Teixeira Noletto	Diretor de Secretaria da Vara Única de Gurupi
Iracema Ribeiro de Sena	Supervisora da Seção de Suporte Administrativo da Secretaria Administrativa
Helane Pires Rodrigues	Estagiária da Seção de Modernização Administrativa

Registre-se a ausência da representante do Centro Judiciário de Conciliação, que foi convocada por integrar o Comitê Institucional de Planejamento Estratégico – Cipe-SJTO.

1. Abertura da reunião

A reunião foi iniciada pelo Diretor da Secad, Ricardo Pereira, que destacou a importância da realização da reunião, tendo em vista o cumprimento das metas estratégicas propostas. Em seguida a palavra foi passada para o supervisor da Semad, Harley Seixas, que agradeceu a participação de todos os membros do Cipe-SJTO na reunião e reforçou a importância do envolvimento de todos no cumprimento das metas. Relembrou, também, o acordão que TCU 8763/2016, que alterou a forma de avaliação da gestão dos órgãos públicos. A partir do referido acordão o TCU passa a analisar não somente a legitimidade e legalidade das ações, mas também o desempenho e a eficácia diante das metas e iniciativas propostas e o cumprimento das determinações normativas, como, por exemplo, a realização das RAEs. Diante disso o supervisor da Semad enfatizou a necessidade de reunir esforços para o cumprimento das metas e a execução de todas as iniciativas estratégicas propostas, além de conclamar os juízes e servidores para à importância de suas atuações no cumprimento das metas, sob pena de ter as contas anuais reprovadas pelo TCU.

2. Análise do desempenho nas metas

O Supervisor da Semad passou a análise das metas, levantando os fatores que impactaram o desempenho em cada uma delas, solicitando aos diretores de secretaria que se manifestassem sobre as dificuldades enfrentadas, bem como as boas práticas desenvolvidas por cada unidade.

- Meta 1/2017:
 - O desempenho da seccional na meta 1 está muito bom, com exceção da 4ª Vara Federal, que apresentou uma taxa de cumprimento abaixo desejável.
 - O Diretor da 4ª Vara justificou o desempenho abaixo da meta, devido a falta de juiz na vara até o mês de março/2017. O juiz titular encontra-se afastado, como juiz auxiliar no STF, e o juiz substituto só foi empossado no mês de março/2017.
 - Nesse período, estavam sendo julgados somente os processos urgentes, por meio de juízes de outras varas que acumulavam os processo da 4ª Vara.
 - A partir de março os processos foram entrando na normalidade e encontram-se prontos para sentença. Nas próximas reuniões será possível ter uma visão melhor do desempenho da unidade judiciária.

- Meta 2/2017:
 - Na análise dos resultados desta meta, percebe-se um rendimento muito abaixo do desejável em praticamente todas as unidades judiciárias, com exceção da Subseção Judiciária de Gurupi.
 - A Diretora da 1ª Vara relatou que os relatórios do e-Siest não tem apresentada a confiabilidade esperada e, que, por diversas vezes encontrou inconsistências nos relatórios, o que tem interferido nos números apresentados pelo e-Siest.
 - O Supervisor da Semad relatou que foram identificados problemas nos relatórios que embasaram a premiação do Selo Estratégia em Ação de 2016, e, que, após análise da Diest/TRF1 foi verificada que grande parte das inconsistências se devem ao lançamento incorreto de fases no sistema processual. Dessa forma, o referido supervisor solicitou a todos os presentes atenção nas movimentações dos processos que impactam diretamente a meta.
 - O Diretor da 5ª Vara sugeriu, para os casos dos processos de execução antigos, o lançamento da movimentação "cumprimento de sentença", como forma de retirar os processos da meta, uma vez que já possuíam a primeira sentença, mas retornavam a impactar a meta.
 - O Supervisor da Semad ficou de verificar a fase correta a ser lançada nesses processos para não mais impactarem na meta, em razão dos processos estarem em fase de cumprimento de sentença.
 - O Diretor da 4ª Vara justificou o baixo rendimento devido aos processos antigos que foram reestabelecidos após os grandes eventos que ocorreram no Brasil, como a Copa do Mundo e Olimpíada.
 - O Diretor da Subseção Judiciária de Araguaína falou da necessidade de realizar esforços concentrados com foco nas datas de distribuição, como forma de melhorar o desempenho na meta.
 - Na análise dos Juizados Especiais Federais e Turma Recursal, o resultado está com rendimento um pouco melhor, tanto nas varas da capital como das subseções.
 - O Supervisor da Semad salientou a importância de atentar para a lista de processos que impactam a meta, bem como a necessidade de envidar esforços para visar os processos que tem relação direta com a meta, como forma de dar visibilidade à sociedade do trabalho que esta sendo executado pela Justiça Federal, uma vez que os resultados das metas são publicados de forma aberta na internet.
 - O supervisor da Semad ressaltou a importância da RAE, como forma de promover a reflexão das unidades jurisdicionais sobre a melhoria de seus desempenhos. Com gestão e organização é possível alcançar um bom resultado nas metas e um bom desempenho dentro das unidades jurisdicionais.
 - A diretora da Turma Recursal ressaltou que não há no sistema processual código de lançamento de sentença anulada, o que dificulta o retorno de processos nessa situação para a meta.

- Meta 3/2017:
 - O Supervisor da Semad ressaltou que esta meta foi alterada em relação ao ano de 2016, o que favoreceu o alcance da meta.
 - Todas as unidades judiciárias encontram-se com o cumprimento superior a 100% na meta.
 - A Diretora da 1ª vara colocou que, se houvesse a possibilidade de acordo em processos da União, o desempenho da meta seria ainda melhor.
 - Alguns dos presentes salientaram que a alteração da meta para 2% dos processos distribuídos, deixou a meta de

fácil alcance. O percentual para essa meta poderia ser um pouco maior nos próximos anos.

- O Diretor da Subseção Judiciária de Gurupi comentou que o bom rendimento na meta se deve a realização de multirões naquela subseção e também a instalação do Serviço de Conciliação - Sercon.

- **Meta 4/2017:**

- Apesar da alteração da meta, em relação a 2016, que deu 1 ano a mais na meta, não favoreceu o desempenho na meta, que está muito a quem do esperado em todas as unidades jurisdicionais.
- De acordo com os diretores presentes, o baixo desempenho se deve à complexidade dos processos de improbidade administrativa, que demanda demora na instrução dos processos.
- O grande número de partes, a dificuldade de encontrá-las e o grande acervo de processos que tiveram declínio de competência, são alguns dos motivos apresentados pelos diretores presentes para o baixo rendimento na meta.
- O diretor da Subseção Judiciária de Araguaína, que possui o índice mais baixo na meta, ressaltou a falta de juiz substituto naquela subseção até maio/2017.

- **Meta 5/2017:**

- Os números da meta estão bons somente para a 1ª Vara Federal. As demais apresentam resultado muito abaixo da meta.
- Os diretores presentes salientaram os problemas com a inclusão das execuções no PJE.
- O diretor da 5ª vara questionou se os conselhos/advogados estariam preparados para a inclusão dos processos no PJE, uma vez que haverá a necessidade de alguns requisitos, como a certificação digital.
- O diretor da Secad esclareceu que no judiciário estadual todos os processos são digitais, e que portanto, os advogados/conselho, em tese, não teriam resistência.
- Os diretores da 3ª e 5ª Vara consultaram sobre a digitalização dos processos antigos e inclusão no PJE, o que agilizará o tramite.
- O diretor da 5ª Vara colocou a dificuldade de colocar os servidores da própria vara para fazer a digitalização dos processos, uma vez que a vara possui acervo grande e que já consome todo o tempo disponível dos servidores.
- Os diretores presentes foram unânimes em concordar que a inclusão dos processos de execução no PJE irá auxiliar e muito no alcance da meta.

- **Meta 6/2017:**

- O desempenho da meta na 2ª Vara e na Subseção Judiciária de Gurupi está dentro do desejável, mas contrasta com o desempenho da 1ª Vara e da Subseção de Araguaína que apresentam níveis muito ruim.
- A exemplo da meta 4, o TRF1 também revisou essa meta, acrescentando um ano no prazo da meta, devido a complexidade das ações.
- O Supervisor da Semad salientou a atenção a lista de processos dessa meta, que é composta de poucos processos, e empenho das unidades, com vista a melhorar o desempenho o quanto possível.

- **Meta 7/2017 e 8/2017:**

- Os processos dessas metas se referem a processos criminais, e tem alcançado um nível muito bom se comparado ao ano anterior.
- Quanto a Araguaína, houve avanço no desempenho, mas ainda abaixo do desejável. A justificativa se ampara na escassez de servidores para dar conta do serviço. Com a instalação da 2ª Vara em Araguaína o desempenho deve melhorar em todas as metas.
- O diretor da 4ª Vara salientou que tem cobrado empenho de seus servidores para baixar os processos antigos que não dependem dos juízes.
- Entretanto, novas operações da Polícia Federal e o reestabelecimento de processos antigos tem ameaçado o bom desempenho na meta.
- A meta 8 foi alterada em relação a 2016, tanto em nível percentual, quanto ao prazo das ações, mas apesar de serem poucos os processos que impactam na meta, a complexidade desses processos tem comprometido os resultados.

O supervisor da Semad informou que:

- As Metas 9/2016 e 10/2016, que se referiam à produtividade de magistrados e servidores, e a meta 11/2016, que media a avaliação positiva dos sistemas de controles internos, foram convertidas em indicadores no ano de 2017, a serem medidos pelo Conselho da Justiça Federal ao final do exercício.
- As Metas 12/2016 e 13/2016, que mediam os índices de absenteísmo de magistrados e servidores, e as Metas 14/2016 e 15/2016, que verificavam a adesão dos magistrados e servidores aos exames periódicos de saúde, foram suspensas no ano de 2017, devido a nova Política de Gestão de Pessoas do Judiciário, proposta pela Resolução CNJ 240.
- As Metas 16/2016 e 17/2016, que tratam da análise da satisfação de magistrados e servidores com o clima organizacional, foram suspensas em 2017, por se tratarem de metas trienais.
- A Meta 18/2016, que media a adesão às práticas de gestão estratégica da Justiça Federal, também foi convertida em indicador no ano de 2017 e será medida pelo CJF, por meio do índice geral de governança das unidades judiciárias da Justiça Federal.

O supervisor da Semad lembrou a todos da implantação do Selo Estratégia em Ação, instituído pela Portaria Presi 348/2016, e que portanto todas as unidades deveriam envidar esforços para o alcance dos Selos para suas unidades judiciárias e conseqüentemente a certificação da Seção Judiciária como um todo.

O diretor da 3ª Vara reforçou a importância de alcançar as metas propostas e questionou quais os benefícios que a administração dará às unidades que alcançarem os selos.

O diretor da Secad reforçou que acredita que o foco da instituição dos Selo Estratégia em Ação busca a efetividade da prestação jurisdicional, mas que as unidades poderiam pensar em estratégias para estabelecer benefícios aos seus servidores.

O diretor da 4ª Vara relatou dificuldades que comprometem as condições para o cumprimento das metas, como por exemplo, pautas de videoconferências de 4 meses para frente, devido a estrutura de dados precária para a realização de várias videoconferências, gerando sobrecarga dos sistemas.

O diretor da Secad esclareceu que o problema se dá devido ao fato de as videoconferências estarem, ainda, sob a responsabilidade do Tribunal que presta atendimento às diversas unidades da 1ª Região. Entretanto, essa situação tende a mudar pois o Tribunal autorizou a descentralização das contratações das redes *wan e internet* para as seções judiciárias, objetivando a melhoria das conexões dos diversos sistemas. A SJTO está com os processos administrativos em andamento para essas contratações.

O supervisor da Semad apresentou, ainda, a lista de projetos que foram aprovados na 1ª RAE de 2017, e salientou que dos 34 projetos/ações, 10 foram classificados como estratégicos. Entretanto, frisou que todos os projetos/ações apresentados são oriundos da área administrativa, e conclamou a todos os diretores presentes a uma maior participação na propositura de projetos/ações, uma vez que as metas propostas pelo CNJ são voltadas para a área judiciária.

3. Deliberações do CIPE-SJTO

- Os diretores presentes afirmaram que continuarão a trabalhar com foco nos processos que impactam as metas, com vistas a melhorar o desempenho nas metas.
- Os diretores presentes se comprometeram a analisar as listas de processos do e-Siest para verificar possíveis inconsistências.
- O Supervisor da Semad irá solicitar à Diest/TRF1 o ajuste nas listas de processos que impactam as metas.

4. Providências a serem tomadas pelo CIPE-SJTO

- Agendar próxima RAE para o mês de agosto de 2017.
- Submeter a ata da 2ª RAE do CIPE-SJTO ao CIPE-TRF1.
- Solicitar ao TRF1 o ajuste das listas de processos, conforme apontado pelos diretores presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Antonio Nogueira Pereira, Diretor(a) de Secretaria Administrativa**, em 18/07/2017, às 11:16 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Harley Caixeta Seixas, Supervisor(a) de Seção**, em 18/07/2017, às 11:44 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Iracema Ribeiro de Sena, Técnico Judiciário**, em 18/07/2017, às 15:56 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cynthia de Nazaré Vaz Salbé, Diretor(a) de Núcleo**, em 19/07/2017, às 13:16 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Nilda Aparecida Pereira, Diretor(a) de Núcleo**, em 19/07/2017, às 15:13 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fabyo Di Abraão Teixeira Noletto, Diretor(a) de Secretaria de Vara**, em 25/07/2017, às 15:07 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gilmar Cintra de Araújo, Diretor(a) de Núcleo**, em 16/08/2017, às 14:56 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltarf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **4434747** e o código CRC **7185B4E1**.
